

AS INCUBADORAS, AS NARRATIVAS E A ANÁLISE COGNITIVA: um novo olhar para a articulação de saberes e organização do conhecimento na Economia Solidária

Maristela Miranda Vieira de Oliveira
Doutoranda em Difusão do Conhecimento
Universidade Federal da Bahia – UFBA
maristelamvo@gmail.com

Maria Inês Corrêa Marques
Pós-Doutora em Educação
Universidad de Valladolid – Espanha
Docente da Universidade Federal da Bahia - UFBA
br3imarques@yahoo.com.br

GT1 – FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

RESUMO: Este ensaio teórico focaliza as Incubadoras Universitárias e suas práticas para a articulação de saberes e organização do conhecimento. Para tanto, questiona os processos educativos aí envolvidos, dentre eles, os modelos mentais para garantia da sustentabilidade de grupos produtivos, ao tempo em que apresenta as Narrativas como importante instrumento de análise cognitiva para viabilizar o empoderamento dos grupos acolhidos no processo de incubação. Como princípios teóricos, o trabalho ora apresentado examina conceitos da Economia Solidária (SINGER; FRANÇA FILHO E LAVILLE), Análise Cognitiva e Multirreferencialidade (FRÓES BURNHAM) e Narrativas (W.BENJAMIN). Os resultados dessa reflexão, apontam para a importância da compreensão de aspectos cognitivos trazendo o processo de construção do saber para dentro da realidade vivida por cada comunidade.

Palavras Chaves: Análise Cognitiva, narrativas, Incubadoras Universitárias de Economia Solidária.

1. Introdução

O termo Economia Solidária ainda é algo relativamente novo, apesar de que as práticas que a traduzem não representam nada de inédito entre comunidades de países da América Latina e Europa, onde mais se tem observado iniciativas dessa natureza (FRANÇA FILHO, 2006). Porém, a novidade está em unir todas essas práticas em uma só denominação, fazendo com que ao invés de existirem isoladas, transformem-se em evidência, agindo contra o comportamento econômico que ora se apresenta, e que se baseia estritamente na economia de mercado, desacreditando a possibilidade de uma economia que seja plural, como pretende a economia solidária. Diversos autores explicam a Economia Solidária a partir da concepção

de um novo modo de produção, estando este vinculado a uma estratégia de mercado diferenciada que considere a cooperação, a solidariedade, a criação de redes, a gestão do conhecimento e a autogestão, como forma de desenvolver uma prática de produção e comercialização, diferindo da lógica vigente, possibilitando oportunidade a todos, principalmente àqueles que se encontram à margem do atual sistema. O limiar dessa nova maneira de se promover um sistema produtivo iniciou-se no Brasil no começo do século XX, tomando a forma de cooperativas de consumo e cooperativas agrícolas. Após o fechamento de muitas dessas cooperativas, devido à chegada das grandes redes de supermercados e, mais recentemente, nas décadas de 1980 e 1990, quando milhões de postos de trabalho desapareceram por conta do avanço tecnológico, cresceu novamente a ideia da economia solidária no país, principalmente na forma de cooperativas autogestionárias (SINGER, 2002).

A partir de então, a Economia Solidária passou a fazer parte das agendas de governos Municipais e Estaduais, dando origem a um conjunto de políticas que serviu como exemplo para outros municípios.

Em 2003 a Economia Solidária se fortaleceu com a implementação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, tendo como principal desafio realizar o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento. Para tanto, a SENAES passou a criar parcerias diretas com entidades da Economia Solidária e governos Estaduais e Municipais, a fim de proporcionar as condições necessárias para a implantação e operacionalização das suas ações. Este apoio se concretizou com base na formulação de políticas públicas sociais, agindo na criação de um espaço público favorável ao desenvolvimento da Economia Solidária, bem como através da definição de um marco legal que sustentou e viabilizou tais iniciativas.

É neste viés que surgiram diversos agentes de desenvolvimento com a responsabilidade de contribuir no fortalecimento e desenvolvimento da Economia Solidária tais como: Banco do Povo, prefeituras, secretarias de governos e as universidades através de suas incubadoras. Tudo articulado através da parceria entre agentes Estaduais, Federais e Municipais, visando um novo horizonte para as iniciativas cooperativas e associativas de caráter popular solidário dentro de uma perspectiva de desenvolvimento local.

2. As Incubadoras Universitárias de Economia Solidária

Entende-se que incubação é o processo de prover assistência necessária para que algo possa vir a nascer e sobreviver, termo este muito utilizado na conceituação de Incubadoras de Empresas no mercado tradicional e que foi definido para identificar também as Incubadoras Universitárias de Economia Solidária, com foco na criação de grupos de produção associada.

As Incubadoras costumam ser originadas dentro das Universidades com objetivo de prestar assessoria contínua aos empreendimentos econômicos solidários, ajudando-os a organizarem atividades produtivas ou de prestação de serviços, a empregar técnicas de gestão, legalizarem seus negócios, bem como buscarem mercados e financiamentos (SANTOS, 2005). A primeira Incubadora tecnológica de Cooperativas Populares data de 1996, a partir de uma ação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tendo como objetivo criar um ambiente propício para o desenvolvimento das tecnologias sociais pesquisadas até aquele momento. Hoje, estando presentes em inúmeras Universidades, as Incubadoras representam uma Tecnologia Social e conseguem reunir, em uma ação multidisciplinar, o conhecimento produzido pelo quadro de docentes, a experiência de técnicos e a contribuição dos estudantes, buscando viabilizar o desenvolvimento socioeconômico de grupos populares.

Enquanto agente de desenvolvimento que possui como meta a criação de organizações produtivas, o desafio maior de uma incubadora é lidar com a Gestão do Conhecimento em suas várias dimensões, na busca por soluções inovadoras que atendam às reais necessidades dos empreendimentos solidários e sua sustentabilidade. Para tanto, precisam focar na gestão de todo o conhecimento disposto em um universo que reúne academia e senso comum, buscando não só criar conhecimento, mas também reinventá-lo e inová-lo.

Nesse contexto, as incubadoras universitárias atuam através de metodologias que focalizam procedimentos relacionados à transferência e construção do conhecimento e que devem estar pautados em uma abordagem multidisciplinar e transdisciplinar, garantindo que tais concepções de aprendizagem englobem ações, conhecimentos e afetos, permitindo a construção de uma relação de segurança e cumplicidade entre o grupo e os profissionais, além de buscar distinguir seus atores dentro de uma perspectiva de diálogo a partir de diversos referenciais como preconiza o conceito de multirreferencialidade (FRÓES

BURNHAM, 2012) criando assim um ambiente propício para a busca dos resultados almejados. Esses resultados, ou metas, estão diretamente vinculados à perspectiva da gestão do conhecimento, vez que se trata de projetos sociais com vistas a criação de um ambiente organizacional. Isto significa que a incubadora universitária possui como desafio relacionar e aproveitar todo o conhecimento tácito do grupo para gerar valor ao conhecimento explícito, criando uma estrutura capaz de dar sustentabilidade ao empreendimento nascente. Tudo isso numa perspectiva de emancipação social e coletiva, sem perder de vista o caráter humano das relações ali construídas e, principalmente, transformando cada indivíduo em ator desse processo.

Revela-se assim o desafio das incubadoras enquanto mediadoras e parceiras no fortalecimento de grupos populares, contribuindo na identificação de uma prática capaz de agir positivamente na articulação de saberes para o desenvolvimento e fortalecimento dos grupos produtivos. Para tanto, torna-se salutar o estudo de formas outras de organização do conhecimento e modelos mentais, principalmente pautados na perspectiva de multirreferencialidade e processos de análise cognitiva, capaz de transformarem-se em estratégias de apoderamento e empoderamento dos atores partícipes do Movimento de Economia Solidária.

Por esse viés, a busca de resultados que apontem para a emancipação social e coletiva de um grupo precisa estar alinhada às possibilidades de integração entre pessoas que aprendem, cuidam e orientam uns aos outros, nos diferentes contextos do aprender individual e coletivo, valorizando as articulações entre subjetividade e objetividade do conhecimento e das condutas e empreendimentos dos protagonistas dos projetos, o que vai permitir as construções individuais e coletivas capazes de gerar transformação das ações, dos projetos profissionais e existenciais do homem que desenvolve diferentes papéis na relação com o outro e nos diferentes meios de atuação.

Diante do exposto, entende-se que o objetivo de uma incubadora deve ir além da formalização de um empreendimento produtivo, pois perpassa pela noção de emancipação individual, fazendo com que seus indivíduos se tornem atores do seu próprio desenvolvimento. Logo, esta dimensão do individual e coletivo representa o alicerce de uma incubadora, e nesta perspectiva, surge o desafio de reunir em um empreendimento produtivo indivíduos que carregam traços próprios de personalidade, aspectos culturais diversos e que

terão a seu favor apenas o desejo de produzir algo em comum. Contudo, diante de um financiamento público e disponibilidade de técnicas gerenciais e instrumentos diversos para criação e estruturação de um empreendimento produtivo, não se atentar para as especificidades de cada indivíduo fará com que os aspectos subjetivos inerentes àquelas pessoas impactem fortemente contra a sustentabilidade de tais iniciativas produtivas, na medida em que ganharão espaço diante das possíveis dificuldades que o empreendimento vier a ter na sua chegada ao mercado. Por isso a necessidade de trabalhar dentro de uma lógica de respeito às individualidades, trabalhar com os mitos de cada um, os símbolos, as referências que carregam, aceitar o heterogêneo para construir novas significações a partir das diferenças (FRÓES BURNHAM, 2012).

Agir com foco na emancipação social e coletiva do indivíduo para estruturação de organizações produtivas, implica olhar o indivíduo a partir de sua essência, de seu significado, de seu contexto, isso equivale a agir para além de instrumentos de gestão, ferramentas gerenciais e técnicas. Implica entender o homem e a técnica, sem sobrepujar um ao outro e, principalmente, atuar no desenvolvimento de metodologias que sejam capaz de construir diálogos construtivos com os grupos populares a fim de adentrar em seu mundo mais íntimo, captar a subjetividade que os definem, sua condição, sua história, descobrindo conjuntamente o seu espaço, a partir do reconhecimento dos aspectos que alicerçam o seu estar no mundo e que traduzem os seus anseios mais particulares numa intersecção com os anseios de outros sujeitos partícipes da mesma realidade.

3. Narrativas e Análise Cognitiva como instrumentos de empoderamento em incubadoras de economia solidária

Segundo Fróes Burnham (2012) o termo Análise Cognitiva aparece na literatura por volta de 1941 e, por muito tempo, foi sendo designado por várias outras expressões tais como estratégias cognitivas e/ou aspectos cognitivos, sem que se pudesse observar um consenso sobre o que representaria, de fato, o conceito dessa expressão tão comumente utilizada para identificar técnicas, métodos e procedimentos de tradução do processo de aprendizagem, seja ele por um indivíduo, organização ou comunidades.

Vários trabalhos de Fróes tendo como foco de estudo a Análise Cognitiva serviram para fazer um recorte do que poderia vir a ser os aspectos inerentes a um estudo dessa ordem,

bem como o desejo de ir além da definição de um conceito, em direção ao entendimento da Análise Cognitiva enquanto campo de conhecimento. Outrossim, buscava-se diminuir distâncias, reduzir a territorialização, a privatização do conhecimento, torna-lo apreensível, reconstruível para comunidades próximas ou distantes.

Nessa perspectiva, espera-se diminuir as inúmeras formas de segregação do conhecimento, entre eles o predomínio da ciência como sistema de produção e organização deste. Nesse sentido, e considerando as diversas organizações sejam elas do espaço público ou privado, percebe-se uma forma de segregação cognitiva quando as estratégias de gestão dão conta de aspectos totalmente relacionados ao mundo organizacional ou ao ambiente acadêmico, deixando de dialogar com costumes, crenças e valores intrínsecos à vida nas comunidades.

Cientes de que o conhecimento pode ser objetivado, porém, a sua construção é um processo, observa-se uma profusão de ferramentas que se colocam disponíveis para fins da Análise Cognitiva e que vem sendo utilizadas por pesquisadores de diversos campos, como por exemplo as Narrativas.

Falar de narrativas é falar de temporalidade, memórias, escuta, cultura, desejo de ressignificar a configuração presente, modelagem, rede. “A narrativa [...] é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação.”(BENJAMIN, 1986, 205). Enquanto instrumento para viabilização de um processo de análise cognitiva, tão fundamental para motivar o empoderamento dos grupos de produção associada, a utilização do espaço das narrativas se reveste de singular importância vez que o público alvo das incubadoras é formado por adultos em comunidades de prática que antes mesmo de conhecer a equipe de execução do projeto de incubação já tem desenvolvido seus rituais, símbolos, convenções, rotinas e histórias.

Uma vez que o processo de incubação vislumbra contribuir para a integração de pessoas e grupos e que essa integração, por sua vez, deve ocorrer em espaços multirreferenciais de aprendizagem, torna-se imperioso conhecer o mundo vivido do outro, bem como tudo aquilo que os unem ou os diferenciam. Torna-se, acima de tudo uma atitude de respeito para com o outro e, nesse mister, vale lembrar Maturana (2001) quando prega que o respeito é diferente da tolerância, pois esta implica na negação do outro enquanto aquele implica em se fazer

responsável pelas emoções frente ao outro, sem negá-lo, de modo que nós nos movemos na aceitação.

Logo, o espaço para as narrativas conduz a uma proposta de encontro ao outro. Ao invés de induzir a fala, permite-se a fala. O profissional, neste momento, recolhe os seus conhecimentos e se permite ouvir o outro, conhecer o outro através de suas narrativas. Muito coerente com a teoria da Ecologia de Saberes,

enquanto processo de construção coletiva do conhecimento, ajuda a dar voz a todos os grupos, respeitando as diferenças e atraindo para o diálogo até os mais distantes e tímidos indivíduos reverenciando todas as formas de saberes possíveis, sem invisibilizar conhecimentos em detrimento de outros, agindo para reforçar as lutas pela emancipação social. (SANTOS, 2000)

No lidar diário com os grupos de produção associada, é comum que o encontro da equipe com o grupo produtivo seja cercado de expectativas de ambas as partes, interesses pessoais, interesses institucionais, ansiedade, desejos recíprocos. Nasce daí um contexto que evoca uma troca, de um lado o conhecimento explícito, do outro os conhecimentos tácitos e necessidades a serem sanadas. Quem tem suas necessidades, e de certa forma costumam ser urgentes, tende a querer acelerar o processo, para isso, passa a fazer exatamente o que o outro espera, deixando de lado aspectos subjetivos que só mais tarde poderão surgir como fator desencadeante de grande desequilíbrio para todo o grupo. Reside nesse encontro a fragilidade dos diálogos, as encenações por parte de quem sabe estar sendo observado. Fato que no decorrer do processo levará a rupturas, inseguranças, mágoas, desequilíbrios inviabilizando todo um processo de amadurecimento e emancipação do grupo.

Nesse contexto, e considerando uma proposta metodológica para o processo de incubação capaz de focar uma aprendizagem o mais próxima possível da realidade concreta das comunidades, uma aprendizagem capaz de integrar teoria e prática na conjunção de diferentes conhecimentos e, principalmente uma aprendizagem bilateral, equipe – comunidade/ comunidade equipe, é preciso primeiramente construir a confiança para que o outro possa acolher o desconhecido, é preciso derrubar barreiras que venham impedir a justa assertividade do diálogo pretendido. Isso vai evitar que mais na frente fique visível que a mensagem, por algum motivo, não estava sendo acolhida pelo grupo, como é comum acontecer em trabalhos dessa natureza, quando se percebe, somente após o desfecho mal

sucedido de um projeto, que havia ali uma espécie de representação pela comunidade, na busca de ver suas necessidades atendidas.

Diante de tantas ferramentas e instrumentos para operacionalizar um processo de análise cognitiva com vistas ao empoderamento de grupos de produção associada, as Narrativas tornam-se um instrumento singular que permite receber do outro o que ele tem de mais verdadeiro dentro de si, e neste interim, não há quem não saiba contar, narrar, é uma habilidade que todo mundo tem, faz parte do dia a dia, dos costumes, do bate papo informal, das fofocas, qualquer pessoa consegue fazer uma narrativa, é um instrumento que já está vivo dentro de cada um. As narrativas abrem caminhos para um processo dialógico, porque primeiro é preciso conhecer o outro, para então buscar o diálogo mais assertivo. Se o lidar com grupos populares torna-se um desafio por conta de aspectos próprios de cada um que os diferenciam, e se essas diferenças levam à separação, então

não há socialização sem aceitação do outro junto a nós, qualquer coisa que destrua ou limite a aceitação do outro, desde a competição até a posse da verdade, passando pela certeza ideológica, destrói ou limita o acontecimento do fenômeno social (...) porque sempre podemos criar um espaço no qual as diferenças não entrem em consideração, e qual é esse espaço? O espaço em que nos aceitaremos mutuamente. Isso nos acontece na vida cotidiana, não é alheio à vida cotidiana, mas pertence a ela (MATURANA, 2001, pg. 103).

As narrativas evocam o cotidiano, e é nesse cotidiano que moram os aspectos subjetivos que se busca a fim de construir a confiança para que o outro possa acolher o desconhecido. A falta de confiança no outro, nas instituições, nos outros grupos, nos parceiros torna-se um inimigo capaz de enfraquecer os empreendimentos econômicos solidários.

4. Considerações Finais

A estratégia de criação de incubadoras universitárias representou um novo horizonte para as iniciativas cooperativas e associativas de caráter popular solidário pois, a partir de uma ação articulada por processos consubstanciados em construção e compartilhamento do conhecimento, constituíram-se com um caráter educativo, contribuindo no desenvolvimento dos grupos por meio de uma ação focada no desenvolvimento de competências e habilidades capaz de dar sustentabilidade aos empreendimentos solidários.

As incubadoras universitárias usaram como premissa as tradicionais incubadoras de empresas, porém, entendendo que as mesmas serviam a um setor social já privilegiado e com realidade diferenciada dos empreendimentos populares solidários, buscaram desenvolver metodologia própria, capaz de responder às demandas e necessidades de empreendedores e grupos sociais que atuavam de forma cooperativa na geração de ocupação e renda.

Enquanto projeto de extensão universitária, a incubadora passou a representar uma oportunidade de aplicar o conhecimento científico desenvolvido na Universidade, através de suas diversas áreas, em prol de uma demanda real, carente de apoio, acompanhamento e desenvolvimento de técnicas voltadas para a emancipação social e coletiva, como preza a ideologia da Economia Solidária. É uma tecnologia social capaz de contribuir na prática do ensino, pesquisa e extensão a partir de uma ação multidisciplinar, integrando os diversos saberes produzidos e reproduzidos no meio acadêmico.

Logo, partindo também do pressuposto de que ensinar não é apenas transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção (FREIRE, 1979), observa-se o desafio das Incubadoras Universitárias de Empreendimentos Solidários, que precisam atuar dentro de uma metodologia que priorize o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre um modelo de desenvolvimento que seja viável do ponto de vista social, econômico e ambiental, ao mesmo tempo em que deve estimular a construção do conhecimento frente aos desafios de ordens técnicas e profissionais necessárias ao bom desempenho do empreendimento popular solidário, agindo assim na emancipação social e coletiva do homem.

O desafio se torna ainda maior tendo em vista que lidam no seu dia a dia com projetos sociais, cujo público alvo são grupos populares com as mais diversas características, necessidades, culturas e realidades. Ao mesmo tempo, a incubadora atua como agente de desenvolvimento criando uma articulação com o poder público e viabilizando a execução de políticas públicas para geração de ocupação e renda.

Neste viés, e visando a emancipação social e coletiva dos grupos de produção associada, torna-se relevante a compreensão de aspectos cognitivos que definem cada grupo, buscando suas semelhanças e dessemelhanças a fim de se criar um diálogo que seja assertivo e verdadeiro, trazendo o processo de construção do saber para dentro da realidade vivida por

cada comunidade e, principalmente, desconstruindo as vias de segregação cognitiva que privatiza o conhecimento e impede que outras formas de saberes sejam visibilizadas e explicitadas no âmbito da produção de conhecimento.

Assim, o espaço das narrativas toma lugar enquanto instrumento de análise cognitiva, vislumbrando o respeito às diferenças e sobretudo para a busca de aspectos comuns, nas trocas intersubjetivas que impulsionam as pessoas a unirem-se entorno de um objetivo, movimentando-se e assumindo diferentes papéis de liderança e funções individuais e coletivas.

5. Referências

BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política. 2. ed. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CRUZ, Antônio. Incubação de iniciativas econômicas associativas: uma agenda metodológica construída a partir da experiência In: IV Encontro Latino-Americano de Pesquisadores em Cooperativismo (mídia eletrônica). Rosario (Argentina): UNR/ACI, 2004.

FRANCA FILHO, G. C. A perspectiva da Economia Solidária. In: FISCHER, T. (Org.) Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação. Salvador, BA: CASA DA QUALIDADE, 2002.

_____; LAVILLE, J. L. A Economia Solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J. P. (Org.). Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. R.J.: Paz e Terra, 1979. FRÓES BURNHAM, Teresinha. A emergência da análise cognitiva. P o i é s i s – Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade do Sul de Santa Catarina. Tubarão, v. 5, n.9, p. 173-195, Jan./Jun. 2012.

FRÓES, B.. Análise cognitiva e espaços multirreferenciais de aprendizagem: currículo, educação à distância e gestão/difusão do conhecimento / Teresinha Fróes Burnham e coletivo de autores. - Salvador: EDUFBA, 2012.

MATURANA, H. R. A ontologia da realidade. Organização e tradução Cristina Magro, Miriam Graciano e Nelson Vaz. Belo horizonte, MG: Ed. UFMG, 1997. _____. Cognição, ciência e vida cotidiana. Organização e tradução Cristina Magro e Victor Paredes. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa, Pela mão de Alice – o social e o político na pós modernidade. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs.) A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.